

A GLOBALIZAÇÃO E AS SOCIEDADES LATINO-AMERICANAS

FERNANDO PEDRÃO

Pero es como un sueño: un momento más y en seguida desaparece en la sombra de la noche, cruzando el rio hacia los cerros del poniente Ernesto Sábato

UM CAMINHO DE QUESTIONAMENTO

Grande parte da literatura atual trata da globalização como de uma novidade, ou como se ela fosse um processo separado das transformações da economia capitalista. Outras vezes, ela é tratada como se não exprimisse os interesses incorporados na economia mundial. Outro erro decisivo, ainda, é separar as transformações do comércio das alterações da capacidade instalada e dos recursos disponíveis, portanto, em que há um universo em mudança, de relações internacionais e em que há variações da capacidade de se transformar, ou de se adaptar às mudanças em curso (Kindleberger, 1966), que por sua vez estão reguladas pela estruturação do poder econômico e político. Assim, na análise da globalização não se pode abstrair a relação entre as transformações da economia financeira internacional e as do centro hegemônico da economia mundial, cujo epicentro está nos Estados Unidos.

A consolidação desse bloco mundial de poder, hoje na forma de Grupo dos Sete, determina modos de relacionamento com as regiões continentais e com as nações, numa diversidade de situações, que evoluem sob regras de controle e de autonomia, que nem sempre progridem conforme previsto pelos detentores do poder, mas que inegavelmente constituem o referencial em que se inserem os latino-americanos. Mas não é uma questão geral que se particulariza, senão a consequência de conflitos e ajustes que se dão, entre participantes que estão no pleno domínio de seus recursos e de sua capacidade de produção e participantes que não têm essa autonomia e têm posições ambíguas no contexto do poder mundial.

Ao situar historicamente a globalização nos processos de sociedades específicas, torna-se claro que essa separação não procede. A visão em perspectiva histórica da globalização é a história da economia internacional, que sempre se expandiu e tendeu a criar os efeitos em cadeia hoje atribuídos à globalização (Hirst & Thompson, 1998). Nesse nível serve, também, como referência de diferenças entre os países mais ricos, que sentem a ameaça de novas formas de subalternização (Beck, 1999). Tratar da globalização na América Latina é enfrentar problemas recentes da formação histórica (Cardoso e Bignoli, 1984), ou da crise do sistema neocolonial (Halperin Donghi, 1976) ou da formação do quadro atual, bem como distinguir espaços de autonomia e de subalternidade, que se reorganizam contracenando com a concentração do capital no centro da economia mundial. A partir daí, sobressaem duas posições principais, que são as de partir dos aspectos

inexoráveis da globalização (Ianni,1994), ou de considerar que ela é parte de um grande movimento do capital, que tem contradições e representa composições de poder (Amin, 1996)

A globalização é um fenômeno conduzido pelos interesses do grande capital, como já se disse desde o começo do século XX (Bukharin, 1917). O movimento geral de globalização sempre esteve subjacente na expansão do capitalismo monopolista, entendendo-se como um produto das mudanças de forma do capital (Palloix, 1973) e com desdobramentos nas condições de participação das periferias da economia mundial (Amin, 1972). O movimento mundial de internacionalização do capital que se desenvolveu no último quarto do século XIX e que foi interrompido pelo período das duas guerras mundiais, foi retomado, com maior velocidade na década de 1970 e ganhou novo impulso na década de 90, mediante modos internacionalizados de acumulação . A chave do processo está nos deslocamentos na internacionalização do sistema produtivo e do financeiro (Palloix,1975). Nesse sentido, a globalização é a cara atual do modo de supremacia econômica dos países que conduzem a acumulação de capital a escala mundial.

Há diferentes condições da globalização para diferentes países, desde aqueles que conduziram a etapa anterior da acumulação até os que apenas se adaptaram a ela. Reduzir o movimento geral do processo ao seu caráter atual é um retrocesso conceitual. A rigor, os países latino-americanos, especialmente o Brasil, surgiram como determinações da etapa de globalização comandada pelo grande capital mercantil e passaram por períodos de maior ou menor participação na esfera internacionalizada. Outros países, como a Bolívia, o Peru, o Brasil e o México, tiveram um papel indireto fundamental na formação da economia capitalista internacionalizada, através de sua atividade mineira. A rigor, o principal papel da América Latina na economia mundializada sempre foi determinado a partir de mineração.

A perspectiva a longo prazo de hoje desse processo sugere observar com mais cuidado os problemas de continuidade dos movimentos da acumulação que uma aparente novidade do modo de funcionamento da esfera internacional. Observa-se que a análise dos problemas de economia internacional da América Latina, que foi principalmente realizada pelo conjunto CEPAL/ILPES, ¹ raramente colocou a questão latino-americana no contexto mundial, por isso deixando um espaço em branco, que adiante foi trabalhado por autores como Gunder Frank e Samir Amin, mas essa fundamentação da experiência regional que se formou na América Latina, perdeu-se em grande parte, pela crise do Estado latino-americano, que se desenvolveu desde a década de 70, confundindo-se muitas vezes com o fenômeno mais geral das transformações da esfera mundializada da economia internacional, mas que se delineia com mais clareza no contexto das instituições latino-americanas. ²

Parte-se aqui das observações de que os movimentos de globalização são parte de movimentos da esfera mundializada de relações sociais e de movimentos de esferas locais de interesses; e de que o relativo à globalização deve ser colocado em termos das sociedades e não de sua representação em seus governos (Wallerstein, 1998). No contexto da globalização estão as articulações de interesses de grupos econômicos e de elites nacionais, cuja principal solidariedade é com seus congêneres dos países hegemônicos. Os movimentos da globalização afetam a relação sociedade-Estado. Por isso, entende-se que as

alterações da expansão ou de retrações da esfera mundializada só podem ser apreciadas na perspectiva da formação social em seu conjunto e não pelo que aparecem em formas específicas, tais como as operações de empresas, os tratados entre governos, os acordos comerciais.

Todos esses aspectos devem ser considerados, mas apenas como entradas ao problema maior, de envolvimento das sociedades, portanto, alcançando os resultados desses movimentos em situações tais como o distanciamento entre classes e a desigualdade de renda, a exclusão temporária ou permanente, as alterações dos blocos de poder, a subalternidade das elites. Não se pode esquecer que a discussão da globalização trata com mecanismos de desigualdade e de subordinação e que os papéis das classes têm mudado ao longo da história do capitalismo, compreendendo variações no perfil e na intensidade dos conflitos, bem como a criação de maior número de situações intermediárias e de qualificações das classes (Ossovski, 1976).

Além disso, para os latino-americanos, a globalização tem o duplo significado de ligação com a economia mundial e de posição no contexto da supremacia norte-americana. Tal posição, em princípio, abrange os movimentos de capital e demográficos, dentre os primeiros compreendendo o financiamento da produção e os movimentos de capitais especulativos; e dentre os segundos, incluindo movimentos determinados pela não absorção ou pela rejeição de população em seus locais de origem e pelos movimentos de trabalhadores propriamente ditos. Além disso, inclui o aumento da influência de multinacionais no seu sistema institucional, a proliferação de relações diretas entre instituições não governamentais, a fluidez de aplicações de investidores individuais que fluem para a esfera das moedas mais prestigiadas. Finalmente, significa uma mudança de comportamento dos agentes localmente identificados, que passam a depender mais de elementos globais de identificação.

Justamente, os deslocamentos de posição no contexto do bloco de poder na economia mundial obrigam a trabalhar com a globalização como com um fenômeno do dinamismo do grande capital, no modo como ele converge para alguns campos de investimento, alterando as condições de desenvolvimento dos demais. (Lojkin, 1995; Virilio, 1999). Por isso, para articular um encaminhamento atualizado, significativo, da discussão da globalização e de seus efeitos macro regionais, é preciso qualifica-la. Primeiro, estabelecer de qual etapa se trata da economia mundial. Segundo, esclarecer globalização para quem, para qual país ou para quais grupos econômicos, Terceiro, determinar quais aspectos e componentes do movimento geral de globalização são mais relevantes numa ou noutra parte do mundo.

No conjunto, torna-se necessário acompanhar a relação entre os movimentos da globalização inerente aos movimentos mais amplos do capital e a condução estratégica do processo econômico, que reflete as margens de liberdade de decisão próprias dos governos nacionais e dos governos estaduais e locais. As outras caras desse processo, em grande parte constituídas de movimentos regionais e locais, terão que ser examinadas como processos indiretamente subordinados ou regionalmente fundados, cuja sustentação tem sido incerta ou variável.

A PROTO-HISTÓRIA DA GLOBALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Para fins práticos, pode-se considerar que a globalização conduzida pelo capital mercantil foi a pré-história do processo atual e que aquela outra liderada pelo grande capital do modelo sidero-metalúrgico entre 1945 e 1960, foi sua proto-história.³ Esse lapso de tempo na América Latina correspondeu ao movimento substantivo da segunda revolução industrial, que logicamente chegou defasada nestas plagas. A montagem da indústria pesada fez-se cinqüenta anos depois da dos Estados Unidos. É praticamente impossível discutir esse problema da industrialização sem passar pelo bloqueio social e político da agricultura. Por extensão, não se pode tratar da problemática da globalização somente a partir dos segmentos modernizados das economias nacionais latino-americanas.

A comparação dessa proto-história com o quadro atual é fundamental, para que se chegue a compreender a problemática latino-americana tal como configurada desde a década de 1980. Sem essa perspectiva histórica, a tendência é cair na visão funcionalista, ou pior, na visão fática, que trata a etapa atual como algo desprovido de história (Habermas, 1997). Algumas sutilezas conceituais, tais como de distinguir o movimento da situação de globalização (Beck, 1999) não alteram o essencial do problema, que é de desenvolvimento de uma ordem supranacional que se sobrepõe ao Estado nacional e que reduz as margens de liberdade com que se realizam as políticas econômicas dos países.

Na prática, é a observação do ocorrido entre 1945 e 2000, mediante comparações de três períodos, que são os de 1945 a 1960, de 1961 a 1978 e de 1979 a 2000. Tais comparações devem ser feitas à luz do desempenho na produção, do controle institucional da produção e da mobilidade social. Justamente, ao comparar resultados da produção com alterações institucionais, vê-se como os resultados da produção são socialmente processados.

Não são escolhas arbitrárias. O primeiro período cobre o realinhamento subsequente à segunda guerra, começando com as nacionalizações induzidas, baseadas no uso das divisas acumuladas durante a guerra, até a série de movimentos de redemocratização, o desenvolvimentismo nacional e as revoluções sociais do fim da década de 50.⁴ O segundo período engloba desde a ofensiva representada pela Aliança para o Progresso, com uma onda de desenvolvimentismo internacionalizado, até o aparecimento da ideologia dos limites do crescimento e a segunda crise do petróleo. O terceiro período está marcado pelo esgotamento da capacidade nacional de realizar políticas de desenvolvimento, pelo controle externo do endividamento e pela desnacionalização acobertada pelas privatizações. Nesse contexto situam-se a participação atual e as perspectivas de participação dos países latino-americanos no movimento geral de globalização e em seus recortes macro regionais.

No período de 45 a 60, a maior parte dos países latino-americanos viveu o desgaste de sua anterior capacidade de exportar, sob uma reiterada instabilidade política, que variou entre uma elevada freqüência de golpes de Estado pouco sanguinários em vários países, à constituição de diversas ditaduras extremamente violentas externamente apoiadas, na América Central, no Caribe.⁵ Junto com os movimentos nacionais de industrialização, formaram-se as bases do endividamento externo, que freiou ou redirecionou o movimento.

Em vários países formaram-se projetos de modernização econômica com maior participação das classes médias urbanas, com projetos industriais de base, representados pela construção de usinas siderúrgicas tais como Volta Redonda (Brasil), Huachipato (Chile), Paz del Rio (Colômbia), Hylsa (Mexico), Chimbote (Peru), ao lado de projetos de usinas hidrelétricas no Brasil, no Chile, no Mexico, na Venezuela, na Colômbia. Mas, em sua quase totalidade, o continente continuou com sistemas de transportes insuficientes e tecnologicamente defasados.

O quadro exposto no *Estudo Econômico da América Latina de 1949* da CEPAL, conduzido por Raul Prebisch foi uma tentativa de encontrar um mecanismo central, capaz de explicar essa pluralidade de situações. Esse *Estudo* foi principalmente um retrato do dinamismo subjacente no desgaste de posições dos países do Cone Sul e uma constatação das condições internas e externas das políticas econômicas nacionais (Pedrão, Baltar, Rodriguez e Marinho, 1987). Dessa época destaca-se uma ênfase no financiamento da infra-estrutura e desenvolvimento urbano, modernização, especialmente mecanização agrícola. Mas, desde o início da década de 70, tornou-se claro que as tentativas de desenvolvimento nacional tinham tropeçado com combinações de fatores externos e internos. Justamente em 1971 Prebisch tentou, com o apoio de uma numerosa equipe, refazer o trabalho de vinte anos antes, com maior e melhor fundamentação empírica. A impossibilidade de concluir esse trabalho já revelava o quadro predominante, adverso ao planejamento.

Nesse período, a mudança de composição das relações internacionais foi muito mais importante que as variações de magnitude das transações, fazendo com que as análises convencionais das relações internacionais se tornassem irrelevantes. Observa-se que as análises da época - e muitas das de hoje - focalizaram em características das transações, utilizando comparações de coeficientes de exportação e de importação, que é uma visão voltada para os aspectos externos e factuais das relações econômicas, sem ligá-los às suas relações de causalidade. Mas não ligaram as variações nesses coeficientes com análises comparativas da articulação entre a produção de bens de consumo e a de bens de capital, que foi outra linha de análise industrial que foi tomada como setorial, sem explicar as transformações da composição orgânica do capital.⁶ Algo dessa outra vertente passou a ser estudado na década de 70, porém voltado mais para os aspectos operacionais do sistema de produção que para sua organicidade.

Além disso, as análises econômicas da América Latina tornaram-se cada vez menos adequadas para explicar o bloqueio do progresso econômico, que não pode ser separado do bloqueio político e social. Na América Latina não se trata de refluxo de Estados nacionais consolidados, senão de perda de representatividade de Estados nacionais que jamais exprimiram o conjunto dos corpos sociais a que correspondem..

Salvo poucas exceções, como o Uruguai, a Costa Rica, Cuba e a Nicarágua, as estruturas políticas nacionais convivem com margens de exclusão elevadas, que também significam a exclusão de etnias e de segmentos culturais dotados de identidade própria. Assim, um mesmo conjunto de cifras de produção e consumo descreve situações nitidamente desiguais entre países aparentemente comparáveis, como por exemplo, a

Bolívia e o Equador, encontram-se elementos locais da formação sociocultural e regional, que restringem as generalizações..

Há causas externas e internas do desempenho de relações internacionais, que devem ser olhadas em conjunto⁷. A imposição de novas pautas de modernização foi um resultado dos interesses de grandes empresas, que procuraram ampliar seus espaços de mercado através da modernização - leia-se mecanização - da agricultura e da venda de equipamentos e de tecnologia para as indústrias. O Banco Mundial e o Banco Inter-americano têm sido instrumentos dessa política, ao obrigarem os países a realizar as compras de equipamentos e serviços em mercados especializados, controlados por grandes empresas dos países financiadores dos bancos, especialmente das norte-americanas. O sentido do reformismo que se avaliava por resultados operacionais (Hirschman, 1972) revelou-se insuficiente, para dar conta da complexidade dos conflitos sociais e institucionais submergidos no quadro econômico.

As condições ambiente desse movimento devem, em todo caso, ser revistas. No período de 61 a 78 a América Latina passou por outra safra de turbulência política, dessa vez atingindo os grandes países da região exceto o México e com governos autoritários identificados com outro tratamento da modernização e da articulação com a economia internacional. No ambiente global influenciado pela guerra do Vietnã, surgiram na América Latina diversas versões de autoritarismo defensivo de privilégios de classe e de controle das alianças externas dos países. Destaca-se, portanto, o contraste entre a visão positivista do financiamento internacional público e a visão crítica que já se consolidava nessa época nos meios acadêmicos (Furtado, 1969; Cueva, 1979)

O período começou com tentativas nacionais de conduzir a relação externa, mas terminou, claramente, com o esgotamento da capacidade dos países para conduzir políticas de investimento significativas e com sua subsequente dependência da composição do financiamento disponível. As maiores exceções desse quadro foram a construção do sistema energético brasileiro, que se tornou um sistema nacionalmente integrado, de proporções continentais; e a indústria aeronáutica brasileira, que quebrou um privilégio mundial dos países mais ricos.

No México, pelo contrário, a expansão do setor energético se fez até certo ponto com um controle governamental da expansão da produção hidrelétrica e da petroleira. Mas a pressão para uma expansão mais rápida do setor petroleiro - especialmente quando da descoberta de grandes campos de gás no Golfo do México - foi o principal mecanismo de subordinação da economia mexicana em seu conjunto a suas ligações internacionais. No conjunto, a economia nacional mexicana tornou-se mais sensível às variações de sua receita de serviços - incluindo rendas da entrada de turistas e remessas de trabalhadores mexicanos no exterior - aumentando a distância entre as necessidades de rendas do exterior e a realização de exportações. Essa insuficiência da capacidade de exportar tornou a economia nacional mais dependente dos movimentos dos capitais privados especulativos e mais vulnerável à emigração de capitais privados para os Estados Unidos. Assim, a formação de capital nos setores produtivos tornou-se proporcionalmente menos suficiente para sustentar a massa de investimentos necessários para sustentar a produção nacional. Indiretamente, isso significou maior dependência do setor petroleiro, da produção irrigada e do turismo. A

concentração das relações externas com os Estados Unidos - mais de 70% já década de 70 - tornou-se uma condicionante decisiva, assim como a participação desse país na formação do mercado de trabalho e as remessas de dinheiro de mexicanos às suas famílias.

A Argentina passou por um prolongado desgaste de sua economia tradicional, entretanto, seguido de uma maior resistência de seus interesses tradicionais estruturados, que levou a um impasse político profundo, desde o retorno do peronismo até o golpe de Estado de 76 (De Riz, 1984). No ambiente de estreitamento de opções políticas emergiu uma economia socialmente muito mais concentrada, que se tornou vulnerável à expansão de capitais de países menores, especialmente do Chile. O estrangulamento externo reproduziu-se, fomentado pela concentração do comércio internacional com poucos parceiros. Os sucessos alcançados no setor energético não foram suficientes para compensar as dificuldades decorrentes da estreiteza do mercado interno. Aparentemente, a tendência à concentração de capital no conjunto Buenos Aires - região pampeana tornou-se um impasse da economia nacional, cujas alternativas de realinhamento do crescimento dependem de outra composição regional e social. A velha polaridade entre unitarismo e federalismo coloca-se em outros termos de internacionalidade, hoje, com a maioria das províncias com suas economias prostradas.

Por sua vez, o Chile protagonizou uma experiência singular, tendo um auge como produtor primário no início do século, ⁸ quando de fato hospedou multinacionais mineiras, e tendo passado um período de depressão prolongada na década de 30. Surgiu depois da segunda guerra mundial com uma configuração mineira modernizada, de grande produtor de cobre, e iniciando precocemente um programa de industrialização, que culminou com a Corporação do Pacífico e a siderúrgica de Huachipato. A concentração de capital precipitou uma luta política, que se desdobrou em sucessivos momentos, desde o golpe de 47 até a ditadura de Ibáñez e através de governos conservadores, ao processo iniciado em 58 com a democracia cristã e cortado pelo golpe de 73.

Pela amplitude de participação social e complexidade do conflito, o Chile tornou-se o foco de um confronto político de significado continental, com um golpe de Estado montado por uma aliança de suas classes conservadoras com o bloco de poder mundial, representado por Estados Unidos, Grã Bretanha, Israel, além da colaboração de outros governos autoritários latino-americanos. A subsequente política de modernização acelerada resultou numa formação de capital elevada e concentrada, forte exclusão social e desaparecimento de opções de mobilidade social.

No Peru acumularam-se os efeitos negativos de perdas em seu setor exportador moderno, que tornaram mais difícil seu projeto de modernização moderada. O país passou por uma experiência de nacionalismo desenvolvimentista - o velazquismo - e voltou a um modelo ortodoxo de gestão econômica, que concentrou tensões, que passaram a um estreitamento de opções políticas e uma crise recorrente, que revelou o conflito etnosocial já anunciado desde a década de 50. (Neiva Moreira, 1975). As limitações da combinação mineração - agricultura, ou do apoio do setor pesqueiro, revelaram-se decisivas, diante das dificuldades do país para industrializar-se e para modernizar adequadamente sua agricultura. O país oscilou entre versões de autoritarismo e tentativas social democráticas, sem conseguir alterar no essencial o problema de representatividade do Estado.

Na Venezuela precipitou-se um desgaste sinalizado desde a década anterior, com a dificuldade de compensar as perdas do setor petrolífero com uma capacidade de produção internacionalmente competitiva. A rigor, o auge venezuelano da década de 50 foi parte do modelo primário exportador de base mineira, estruturalmente semelhante ao boliviano e ao peruano das duas décadas anteriores. Foi um sistema igualmente monopolizado por empresas estrangeiras, que progressivamente atrasaram seus programas de investimento.

O Equador teve uma breve passagem de prosperidade, também no início da década de 80, com a abertura de um setor petrolífero significativo. Mas em poucos anos perdeu essa posição, acumulando, além disso, os inconvenientes de ser praticamente o único produtor de banana que concorria em mercado aberto. O controle político do país continuou com os interesses mercantis, que dificilmente podem ser confundidos com a modernização nacional.

Aprofundaram-se os problemas de conflito entre o modelo econômico e o político na Colômbia, que detém uma base de recursos extremamente variada e abundante, cuja história tem sido marcada por ampla e profunda tensão entre seus setores exportadores, regionalmente muito identificados, com os segmentos urbanos mais ou menos comprometidos com a formação de uma base industrial nacional, num ambiente marcado pelas lutas políticas prolongadas. Uma crise radical do Estado permitiu que se consolidasse uma economia da contravenção, que se tornou a principal fonte de financiamento dos setores em luta. A rigor, a economia colombiana está globalizada pela contravenção e pelos poderes políticos extraestatais, tornando-se um objetivo estratégico das nações hegemônicas. De qualquer modo, a Colômbia exerce uma influência fundamental no contexto andino, onde suas tensões e mudanças influem no ambiente econômico e político da Venezuela, do Equador e do Peru.

Nesse contexto, a parte mais frágil continuou sendo a América Central, cuja estrutura econômica de região exportadora de mercadorias pouco elaboradas esteve subordinada à aliança de seus grupos oligárquicos com esferas precocemente transnacionalizadas da economia norte-americana. A *United Fruit* - subsidiária da *United Brand* - é o exemplo mais famoso de um sistema de em que participaram diversos outros, inclusive capitais mexicanos e cubanos. As sucessivas levas de ditaduras que estenderam desde a década de 20, em alguns momentos foram representações diretas de oligarquias tradicionais, tal como no Panamá, mas em sua maioria foram governos militares intermediários de novas formas de subordinação a essa extensão do capital internacional.

Os matizes nacionais são decisivos numa região que oscilou entre a constituição de uma única república e a formação de pequenos países. A Guatemala é o país mais rico, por isso o mais cobiçado, lugar de um conflito interminável. El Salvador é o espaço mais concentrado pela oligarquia. Honduras reproduz, em menor escala territorial, a dificuldade da Guatemala, tendo sido sempre um ponto de apoio dos interesses bananeiros. Os principais desvios desse padrão são a Costa Rica, que encontrou ajustes políticos socialmente menos excludentes, inserida na esfera dos novos interesses internacionais; e a Nicarágua, que justamente por ter sido o epicentro dos conflitos, desde a década de 20, da

invasão de Walker e das lutas de Sandino, e ter dado lugar a uma ditadura mais retrógrada, chegou a uma situação limite na década de 70, que desembocou na revolução sandinista.

A experiência mais complexa encontra-se no Panamá, onde a oligarquia identificada com a produção de café funcionou como elite política modernizadora, articulada com os interesses comerciais instalados no eixo do canal. A Zona do Canal polarizou um setor significativo de prestação de serviços, com um comércio dimensionado em escala internacional, alimentando a formação de uma classe média sobredimensionada em relação com o sistema produtivo do país. A criação da Zona Livre de Comércio na década de 60 e a política de abertura aos bancos estrangeiros na década de 70, transformaram o Panamá num paraíso fiscal, ao tempo em que criaram uma nova estruturação social da economia, com maior distância entre o novo capital mercantil concentrado na Cidade de Panamá e em David, comparado com as demais províncias, que continuaram completamente rurais. Esse papel de secundário, mas ligado às operações do capital globalizado, inclusive da comercialização de drogas, puseram o Panamá numa posição especial na América Central, com acesso a aspectos de modernização do consumo, que entretanto não se difundiram ao sistema de produção.

No conjunto, a maior parte dos países latino-americanos encontrou dificuldades decisivas para superar o trânsito de sua posição de exportadores primários, majoritariamente mineiros, a uma posição sólida de produtores industriais. A "brecha" da relação com o exterior foi fundamental nesse sentido. Mas não é apenas uma brecha comercial, como se tratou antes. As revoluções agrícolas difundiram-se de modo seletivo e em todo caso irregular, tal como sempre aconteceu com a produção irrigada, desde a América pré ibérica até a América objeto do expansionismo norte-americano. A variedade de crises da ordem neocolonial (Halperin Donghi, 1976) revela uma dificuldade insuperada, de remover o quadro interno de desigualdade social e étnica, junto com o aparecimento de novas formas de desigualdade no acesso a oportunidades de emprego e renda. Durante a industrialização, o papel da economia rural - compreendendo os aspectos agrícola e agrário - é fundamental. Na maior parte da América Latina, os velhos latifúndios foram substituídos por grandes capitais de base mercantil e industrial, que passaram a tratar da agricultura como de um desdobramento de seus interesses industriais, antes que se consolidasse uma produção agrícola modernizada. Salvo poucas exceções, a produção rural organizou-se sobre bases históricas de exploração de grupos e de etnias pobres, constituindo-se em um meio com pouco acesso a educação. O progresso na agricultura sempre foi mais o produto de penetração de técnicas e formas de organização conduzidas por interesses de grandes capitais urbanos, que de desenvolvimento do meio rural.

TRANSNACIONALIZAÇÃO, ENDIVIDAMENTO E INFLAÇÃO

A maior parte da América Latina foi atingida pela nova internacionalização do capital antes que houvesse superado as etapas básicas de sua industrialização. O endividamento cresceu estimulado pelas tentativas de modernização e industrialização num ambiente de mercado internacional em que se aceleravam a monopolização e a concentração de capitais. A todas luzes, foi o endividamento de países que continuaram dependendo de sua receita primária de exportações para atender necessidades crescentes de

importação.. Não se pode explicar os movimentos de transnacionalização da economia latino-americana sem acompanhar o endividamento. Mas há uma diferença fundamental entre o processo de endividamento e o de globalização, apesar de que os efeitos dos dois convergem ao longo de seu desenvolvimento; e que a pressão do endividamento condiciona o modo de tratar a globalização.

A aceleração do processo de endividamento foi o principal traço da economia latino-americana na década de 1970, quando os países foram levados a intensificar programas de modernização que não lhes deram ganhos em suas relações internacionais; e quando foram atingidos pela elevação da taxa de juros. Os conseqüentes problemas de financiamento das atividades dos governos alimentaram a cadeia dos empréstimos de baixo rendimento e a prazos cada vez menores, reduzindo a distribuição interanual da dívida. Repetiram-se as situações em que os países aceitaram controles externos mais meticolosos de sua gestão financeira e monetária. Reforçou-se a tese, surgida na década de 50, de autonomia dos bancos centrais, que na prática significa que eles operem fora do controle do poder executivo nacional. Esse quadro de políticas gestou-se na década anterior, que certamente foi um divisor de águas em termos de reorganização do capital privado, difusão de tecnologias e centralização dos mecanismos financeiros internacionais.

Na década de 60 as atenções voltaram-se para os movimentos de comércio, tacitamente pressupondo que as cifras de comércio são igualmente representativas de realidades nacionais. No entanto, justamente nesse período, essas cifras passaram a representar diferentes realidades. Na década de 60 formaram-se as multinacionais (Vaitsos, 1977), e os movimentos de comércio passaram a representar esse crescimento do lastro de endividamento, pesando sobre a liberdade de decisão dos países (Avramovic, 1966), ao lado dessa substituição dos protagonistas.

No relativo à América Latina, o principal dado da questão foi a constituição do Comitê Inter-americano de Planejamento (CIAP), que articulou as ações dos órgãos de cooperação financeira e técnica e as linhas de financiamento oferecidas aos governos nacionais. Ressalta-se que as Nações Unidas em seu conjunto, representadas por seu Departamento Econômico e Social e a CEPAL foram meros observadores desse sistema inter-americano de planejamento, que contou com um grupo de notáveis, o chamado Comitê dos Nove, em sua orientação.⁹

Assim, organizou-se o financiamento externo a partir da integração das ações do Banco Mundial (BIRD), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Inter-americano de Desenvolvimento (BID), da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)¹⁰, em torno de uma análise estratégica da economia de cada país, conduzida pelo CIAP, que de fato passou a coordenar a gestão do endividamento, em torno de três principais elementos, que foram os dados de dívida externa, geridos pelo BIRD; as análises financeiras realizadas pelo FMI através de suas "consultas"¹¹; e a análise estratégica proposta pelo Comitê dos Nove (Sábios) e examinada à luz da experiência operacional do BIRD e do BID. Cada um desses bancos estabelecia um documento próprio de estratégia, em que estabelecia uma lista hierarquizada de projetos, com suas margens de probabilidade, sua rentabilidade e seu impacto previsto

na economia nacional. O CIAP estabelecia as necessidades de complementação financeira de cada país, dadas sua dívida e sua capacidade de pagamento.

A subsequente determinação de margens de financiamento para cada país se comparava a seguir com a disponibilidade de projetos de investimento e com avaliações dos impactos do financiamento solicitado pelos países sobre a composição da dívida. Daí saíram programas referenciais de financiamento, constituídos de projetos individualmente avaliados, mas que se tornaram programas globalmente considerados em termos de garantias financeiras. Os países da região passaram a conviver com uma diferença entre a magnitude das linhas de crédito abertas e a efetivação dos investimentos, subordinada à avaliação de projeto por projeto e materializada em calendários de desembolso consequentes dos projetos operacionalizados.

Como se sabe esse sistema operou por alguns anos num ambiente de taxas de juros estáveis, mas perdeu grande parte de sua viabilidade no início da década de 70, com a explosão das taxas de juros, quando das crises energéticas e com a aceleração do movimento de monopolização do mercado financeiro. O fim do sistema inter-americano de planejamento deslocou as negociações dos latino-americanos para um estilo de tratamento de país a país; e subordinou a gestão da dívida a negociações da esfera privada.

A emergência de pressões inflacionárias foi uma das principais marcas desse período, coincidindo com os principais movimentos de infra-estrutura, em macro-regiões e nas grandes cidades. A luta contra a inflação seguiu pautas semelhantes, principalmente nos países do sul, acompanhando os preceitos da ortodoxia monetária preconizada pelo CEMLA desde a década de 70. O sucesso alcançado pela política conservadora do Chile na década de 70 consagrou o estilo Chicago, identificado com Milton Friedmann, Harberger, Becker e outros economistas adeptos da economia positiva, desde antes da difusão do neoliberalismo em seu formato político e sociológico além de econômico. O realinhamento dos governos nacionais, saindo de sua posição de proprietários e produtores, para a de contratistas e de agentes financeiros, obrigou os governos nacionais a operar com os dados do mercado financeiro, do que decorreram problemas iniludíveis, como os criados pelo chamado Efeito Tequila.

DÍVIDA, CUSTO FINANCEIRO E CUSTO SOCIAL DA REPRODUÇÃO ECONÔMICA

No fim da década de 70 e início da década seguinte, a expansão e o aumento de velocidade do circuito financeiro resultaram em rápido aumento do custo social do financiamento dos países latino-americanos. As especificidades financeiras e institucionais afetam diretamente a governabilidade (Tavares & Fiori, 1996), que afinal apenas indica o poder efetivo do Estado nacional para conceber e executar políticas em suas condições atuais de representatividade política e sustentação econômica. Sem dúvida, o processo está ligado a uma crise do Estado latino-americano produzido e aparelhado na primeira metade do século XX.

Isso se deu com o fim do financiamento público direto e indireto e com a eclosão do neo-liberalismo do período Reagan-Thatcher. Consistiu no movimento pelo qual os

países latino-americanos passaram a realizar um financiamento externo dependente de dois novos componentes exógenos, que foram os acréscimos causados pela elevação da carga dos juros na dívida e pela volatilidade do mercado financeiro. É um grave erro de simplificação julgar os resultados da década de 80 apenas pelas cifras do PIB e das exportações. O verdadeiro problema é o custo social da realização do PIB, que aparece, adiante, na forma de queda da taxa de salário, agravamento da desigualdade da renda e desemprego crônico. Os custos financeiros levaram os países latino-americanos a sucessivas e reiteradas políticas de estabilização, com profundos efeitos a médio e a longo prazo, que entretanto foram desdenhados ou simplesmente não foram registrados pela análise macroeconômica ortodoxa.¹² Tais efeitos situam-se na composição dos setores de infra-estrutura, especialmente no modo energético da produção, atingindo os setores industriais com variada intensidade.

O alcance dessa ligação entre os movimentos em curto prazo e a capacidade de produção tornou-se evidente, justamente, no panorama da infra-estrutura, em que se acumularam atrasos de investimento em programas em que se ampliaram as desvantagens dos latino-americanos com os europeus e norte-americanos. Os casos mais graves são os setores de transportes e de educação.

Não há como desconhecer que essas perdas começaram a se acumular na década anterior, naquela composição do financiamento que privilegiou investimentos em programas em que se ampliaram as desvantagens dos latino-americanos com os europeus. Não há como desconhecer que essas perdas começaram a acumular-se na década anterior, naquela composição do financiamento que privilegiou investimentos na área social, em itens tais como habitação e saneamento básico, que podiam ser realizados sem componente importado e que não geravam dólares para pagar os empréstimos.

O desgaste do esforço de realizar os programas de infra-estrutura e de pagar a dívida crescente exauriu os governos latino-americanos, além da sobrecarga dos custos representados pela corrupção e pelos gastos militares (Ocampo, 1998). Observa-se que grande parte desses gastos da militarização - ainda ligada à ideologia da Guerra Fria e do "War College" - realizou-se depois das guerras de atrição da década de 60, mas continuava vinculada a movimentos políticos que propiciaram a permanência das estruturas econômicas tradicionais. O conflito crônico da Colômbia desafia as versões do desenvolvimentismo conservador, mostrando uma linha de contradições que pode, em certa medida, dar razão a certas previsões de Ernesto Guevara.

As pressões inflacionárias não podem ser separadas desse quadro, porque o imperativo do financiamento do governo tornou-se uma restrição da capacidade de realizar políticas de crescimento acelerado (Pedrão, 1987). A acumulação dos custos sociais de investimentos de longa maturação - hidrelétricas, estradas, pontes, portos etc - e a mobilização do governo para pagar dívidas, resultaram em progressiva esterilização da capacidade de investir, e em conseqüente fragilização dos Estados nacionais frente ao poder expansionista das empresas multinacionais apoiadas por seus governos de origem. A questão latino-americana, portanto, deve ser colocada como um componente da transformação e da crise da economia mundial, em que avultam os ajustes e as contradições

do bloco de poder (Furtado, 1987), com seus efeitos limitativos projetados sobre os países semi-industrializados (Salama, 1975).

Na década de 90 houve uma mudança de estilo das políticas públicas nos países latino-americanos, segundo a qual substituíram-se as combinações de políticas macroeconômicas financeiras com genuínas políticas setoriais, geradas nos principais setores do governo, por políticas macroeconômicas centrais, que se subdividem para os setores, praticamente ignorando a lógica própria das necessidades dos setores. A política agrícola e a industrial, tanto como a política de energia e a de transportes foram tratadas como desdobramentos de diretrizes de política macroeconômica de curto prazo. O governo Collor e o de Menem com Cavallo são claros exemplos dessa tendência, que preparou o ambiente para uma desestatização acelerada, a custos e riscos não conhecidos, sob a pressão do endividamento. Em princípio, torna-se difícil distinguir se os maiores custos sociais da privatização decorrem de aspectos viciados e tergiversados do discurso da desestatização, ou se devem a esse aodamento, que está ligado a inúmeros indícios de corrupção.¹³

À parte de qualquer dúvida sobre as avaliações de patrimônio e sobre a forma de pagamento nas privatizações, a destinação dos recursos obtidos para pagamento da dívida externa, representa um risco crescente de sustentação da capacidade instalada dos setores estratégicos de infra-estrutura. Encontra-se aí uma contradição entre a proposta de sustentar o capital da infra-estrutura mediante mecanismos de mercado e a lógica do capital monopolista. A fragilidade e a lentidão das agências reguladoras já mostrou que elas não estão em condições de enfrentar as estratégias evasivas das empresas controladoras das empresas privatizadas, menos ainda, para tratar com as ligações dessas empresas com os grandes bancos de seus países de origem.

No quadro da década de 90, portanto, a globalização deve ser vista de modo diferenciado, para os que participam do controle do bloco em expansão e para os que são condicionados por ela. Também, de como os países participam do bloco dominante. Dado o modo como se expande o bloco dominante, a linha central do processo é a da subalternidade, que não se limita aos elementos econômicos, senão abrange o componente cultural e o político. A compreensão da subalternidade progride com o aumento de complexidade desse fenômeno. Deixou de ser a relação desigual externamente imposta, para formar parte da consciência social.

A ENGRENAGEM DA GLOBALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Nas condições prevalecentes, é preciso distinguir o sentido de finalidade implícito das políticas a curto prazo e seus aspectos econômicos operacionais e seus aspectos institucionais, tanto da esfera econômica como da política. No contexto internacional propriamente dito, No contexto internacional propriamente dito, aumentou o peso da economia estadunidense na determinação das políticas nacionais, especialmente das latino-americanas. No essencial, a demanda mundial de moeda norte-americana e das moedas referendadas pelo dólar, ligada à realização de investimentos nos EEUU, fez com que os mecanismos de bolsa operem com o referencial da política interna norte-americana

(Tavares&Fiori, 1996). O realinhamento do bloco de poder, determinado pela formação da União Européia sob a hegemonia continental do bloco germânico, não eliminou o fato fundamental de que os Estados Unidos concentram em seu território uma parte substantiva das aplicações de dinheiro dos demais países, tanto dos petroleiros como dos próprios latino-americanos.

Pode-se, portanto, considerar que a globalização compreende diferentes posições no contexto do bloco hegemônico, com esferas próprias de atuação dos países ricos - tais como as da participação da Espanha, da França e da Alemanha no mercado brasileiro - que entretanto estão referenciadas pela polaridade do mercado norte-americano. Nessas condições, há uma mudança do papel das políticas a curto prazo dos países latino-americanos, que passaram a ser organizadas em função de objetivos externos e em princípio contraditórios com a reprodução do sistema de produção, portanto, contraditórios com seu crescimento. Muda o próprio significado de estabilidade, já que se trata de manter um equilíbrio financeiro e monetário sob constante pressão de elementos aleatórios, tal como a taxa de juros, e do efeito cumulativo da concentração do capital.

Nesse progressivo estreitamento das margens de liberdade de decisão das políticas nacionais, a globalização surge como um movimento condutor de novas modalidades de subalternidade para os países latino-americanos, cujas conseqüências ainda estão por serem expostas em sua real complexidade. Assim como se vêem as condições em que ela opera, é preciso ver que ela se realiza em diversos níveis, nos planos econômicos, culturais, institucionais; e que atinge desigualmente as sociedades nacionais.

A distância entre a reprodução do capital financeiro e a do sistema produtivo torna-se o eixo central do problema (Felix, 1998). O capital financeiro reproduz-se sobre sinais que são enviados pelo mecanismo de expectativa, que entretanto pouco tem de subjetivo, porque é alimentado com dados objetivos de previsões de investimento e de previsões de impacto de políticas perfeitamente quantificáveis.

A expansão do antivalor na esfera do capital financeiro internacional fictício já mostrou efeitos de grande envergadura, a serem avaliados, tais como as estratégias de grandes empresas, principalmente européias, de fazerem compras no campo da privatização utilizando artifícios financeiros e praticamente sem capital. A privatização revela-se uma expoliação, adiante completada com estratégias de evasão dos controles das ditas agências de regulação, que de fato regulam apenas o que está previsto nos contratos originais.¹⁴

Não há como ignorar que essa perda de poder de decidir políticas econômicas envolve o risco de não manter os níveis de acumulação alcançados em setores estratégicos, especialmente em energia e transportes, mas agora também em educação e saúde. Á escala de cada país, há um problema de reprodução e expansão da esfera internacionalizada e outro problema de reprodução e expansão da esfera local ou interna, que responde pelas necessidades básicas da sociedade de cada país. Os movimentos de exclusão, ou de não inclusão, de parte da sociedade de cada país significam a reprodução ou a ampliação de segmentos que operam com a esfera interna de cada sociedade econômica nacional, especialmente, de seus elementos locais.

A globalização tem sido um movimento de roldana, que ganha força a cada ponto que amarra, mas que depende de forças exógenas adicionais para manter o impulso, tal como realmente acontece com uma roldana náutica. A continuidade do movimento depende de injeções de capital em geral, depende de produção de tecnologia em geral e de tecnologia adequada em especial e além de tudo, depende de recursos humanos atualizados. Noutras palavras, a sustentação do movimento de globalização tem um custo social, que é transferido pelo grande capital através de monopolização que se constrói sobre capital acumulado através do Estado. Quem paga pela globalização?

A engrenagem da globalização tem mostrado certos sinais de irreversibilidade e de erraticidade, que merecem uma atenção especial. A falta de garantia da continuidade das seqüências de investimento, causada pelas estratégias individuais das grandes empresas, resulta em movimentos setoriais marcados por deslocamentos de localização, entre países e em cada país, tal como se vê nos casos dos automóveis e das indústrias químicas, assim como por interrupções na seqüência da renovação tecnológica. Por exemplo, é comentário comum nos meios jornalísticos especializados que o pólo petroquímico de Camaçari em dez anos mais será o maior ferro velho do Brasil. Apenas repetirá experiências conhecidas do setor petrolífero, das ferrovias e de diversas concentrações de indústrias em diversos lugares na América Latina.

Essa falta de continuidade a nível de fábricas é o aspecto externo de questões bem mais profundas, de erraticidade das tendências da formação de capital, que deixam a formação de capital de cada país à mercê de estratégias de empresas que operam como multinacionais - já que sejam efetivamente multinacionais ou não - mesmo quando sua sustentação depende de vantagens da esfera nacional, especialmente de contratos e de favores de governo. De todos modos, é um problema que obriga a questionar o pressuposto de análise micro econômica, de trabalhar com uma empresa genérica, que na realidade seria uma empresa identificada com uma única unidade de produção.¹⁵

Na esfera latino-americana encontra-se um problema insuperável nas condições atuais, que é o da impossibilidade prática de separar a falta de continuidade dos investimentos da erraticidade do sistema. A descontinuidade dos investimentos se vê como uma conseqüência da falta de controle sobre as decisões de investimentos, porque tanto os governos como as empresas agem de modo defensivo frente ao mercado, operando em posições mais sensíveis à monopolização. Por sua vez, a erraticidade dos sistemas econômicos nacionais reflete o efeito conjunto de causas naturais com esses elementos externos de mercado. Por exemplo, mesmo que os efeitos materiais de furacões e enchentes nos Estados Unidos sejam maiores que os prejuízos causados por El Niño na América Latina, estes últimos se tornam mais graves, porque atingem a capacidade de exportar.

As economias de pequeno porte e pouco industrializadas recebem a globalização de forma completamente passiva, reforçando seu caráter determinante. Mas para as economias semi-industrializadas ou financeiramente dependentes, a instabilidade do sistema produtivo não é somente um problema geral do ciclo econômico, menos ainda uma questão de movimentos oscilatórios. De modo equivalente ao colocado por Prigogine no campo da Física, não há situações exclusivamente oscilatórias, nem movimentos sem atrito cuja recuperação não exige esforço adicional (Prigogine, 1998)

A instabilidade surge de situações cíclicas progressivamente mais complexas, em que tanto as relações de causalidade que o engendram como os mecanismos de política que atuam sobre ele estão sujeitos a novos elementos de incerteza, que estão na relação entre as novas necessidades operacionais e os conflitos de interesse incorporados na estruturação atual. Tais conflitos tornam-se evidentes no processo de fusão de empresas, que se faz sempre sobre especulações de desempenho de mercado e em que pesam elementos não racionais de poder e prestígio.

No plano institucional aprofunda-se o fosso entre o grande e o pequeno capital, induzindo as grandes empresas a um rumo de fusões e de compras, em que as empresas latino-americanas têm perdido controle da gestão do capital; e em que se reduz a esperança de vida das pequenas empresas. O mercado de capitais torna-se seletivo, naquilo em que opera com preços reais amplamente diferenciados, segundo se trata de investimentos funcionais aos interesses do grande capital, ou de investimentos julgados por rentabilidade individual.

Trata-se da diferença entre as estratégias individuais das empresas de grande capital internacionalizadas e as necessidades de investimento dos sistemas produtivos nacionais, em quantidades e em composição, para reproduzir os sistemas econômicos nacionais. O grande capital opera, cada vez mais, em circuitos oligopolizados, que controlam as opções de rentabilidade, tal como sucede com os vínculos entre empreendimentos turísticos, empresas de transporte, hotéis, contratos com empresas para programas de férias etc. O controle do capital está mais na esfera da comercialização e do financiamento que na da produção. As grandes empresas latino-americanas são literalmente forçadas a empreender programas de investimento em ambientes externamente controlados, em que a concentração do mercado representa uma vantagem decisiva, muito distante daquelas sugeridas pela globalização (Doremus, 1998).

É uma questão que transcende a da reprodução do capital das empresas da região, ou a de preservação do valor acumulado pelas sociedades nacionais, portanto, uma questão ecológica em seu sentido mais amplo (Altvater, 1999). São necessidades de aplicações de capital suficientes para a sociedade econômica nacionalmente organizada, que compreende a reprodução da base institucional da economia e a reprodução dos recursos humanos que podem realizar o trabalho necessário para sustentar as sociedades nacionais.. A incerteza dessa última reprodução é a principal crítica que se pode alinhar, relativa ao conformismo perante este novo movimento da acumulação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, Elmar, *Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos*, em A crise dos paradigmas em ciências sociais e dos desafios para o século XXI, Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

- AMIN, Samir, *Acumulación a escala mundial, Siglo XXI, Mexico, 1972*
- *El capitalismo en la era de la globalización*, Paidós, Barcelona, 1999.
- AVRAMOVIC, D., *Economic growth and external debt*, The Johns Hopkins Press, Baltimore, 1966
- BECK, Ulrich, *O que é globalização?* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999,
- BRANDÃO, Maria (org.) *América Latina, identidade e transformação*, OEA/IANAMÁ/UFBA, Salvador, 1987.
- BAUMANN, Renato (org.), *O Brasil e a economia global*, Campus, Rio de Janeiro, 1996.
- BUKHARIN, N., *O imperialismo e a economia mundial*, Ed. Melso, Rio de Janeiro, s.d.
- CAPUTO Orlando. , PIZARRO, Roberto., *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*, Amorrortu, Buenos Aires, 1975
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector, *História econômica da América Latina*, Graal. Rio de Janeiro, 1988.
- CHESNAIS, François, *A mundialização do capital*, São Paulo, Xamã, 1996.
- CORDERA, Rolando; TELLO, Carlos, *México, la disputa por la nación, perspectivas y opciones de desarrollo*, Siglo XXI, Mexico, 1981.
- CUEVA, Agustin, *El desarrollo del capitalismo em América Latina*, Siglo XXI, Mexico, 1979.
- DOREMUS, Paul et all., *The myth of the global corporation*, New Jersey, Princeton, 1998.
- FELIX, David, *La globalización del capital financiero*, em Revista da CEPAL, Santiago, Chile, Naciones Unidas, 1998.
- FURTADO, Celso, *La economía latinoamericana, una síntesis desde la conquista ibérica hasta la revolución cubana*, Ed. Universitaria, Santiago, 1969.
- Transformação e crise na economia mundial*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.
- GALVÃO, Olimpio, *O Nordeste e as negociações multilaterais de comércio*, Fortaleza, Banco do Nordeste, 2000.
- GONÇALVES, Reinaldo, *O abre-alas, a nova inserção do Brasil na economia mundial*, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994.

- HABERMAS, Jürgen, *Direito e democracia* entre facticidade e validade, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1997.
- HALPERIN, Tulio, Donghi, *Historia contemporánea de América Latina*, Alianza Editorial, Madrid, 1976.
- HARVEY, David, *Condição pós-moderna*, Edições Loyola, São Paulo, 1988.
- HIRSCHMAN, Albert, *Latin American Issues*, T.C, Fund, N.York, 1973.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame, *Globalização em questão*, Vozes, Petropolis, 1998.
- HOSELITZ, Bert, *Aspectos sociológicos do crescimento econômico*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.
- ILPES, *La brecha comercial en los países subdesarrollados*, Siglo XXI, Mexico, 1970.
- JOHNSON, John J., *Political change in Latin America*, the emergence of the middle sectors, Stanford University Press, Stanford, 1965.
- KINDLEBERGER, Charles, *Foreign trade and the national economy*, Yale, New Haven, 1966.
- KRUGMAN, Paul, *The age of diminishing expectations*, Cambridge, MIT Press, 1998.
- LOJKINE, Jean, *A revolução informacional*, Cortez Ed., São Paulo, 1995
- LÚKACS, Georg, *El asalto a la razón*, Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1959.
- LUXEMBURG, Rosa, *A questão nacional e a autonomia*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.
- MOREIRA, Neiva, *O modelo peruano*, Ática, Lisboa, 1975.
- OCAMPO, José Antonio., *Distribución del ingreso, pobreza y gasto social en América Latina*, em Revista de la CEPAL, Santiago, agosto, 1999.
- OSSOVSKI, Stanislaw, *Estrutura de classes na consciência social*, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
- PALLOIX, Christian, *A economia mundial capitalista*, Ed. Estampa, Lisboa, 1972, 2 vols.
- *L' internationalisation du capital*, François Maspero, Paris, 1975.
- PEDRÃO, F.; BALTAR, A.; RODRIGUEZ O ; MARINHO, L.C., *O pensamento da CEPAL*, UFBA/Ianamá, Salvador, 1987.

- PESQUISAS, ano 1998, *A globalização entre o imaginário e a realidade*, Konrad Adenauer Stiftung, Fortaleza.
- PICÓN, Mariano, Salas, *De la conquista a la independencia*, Fondo de Cultura Económica, México, 1969.
- PREBISCH, Raul, *La obra de Prebisch en la CEPAL* (org. Adolfo Gurrieri) Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1982, 2 vols.
- PRIGOGINE, Ilya, STENGERS, Isabelle, *Entre o tempo e a eternidade*, Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 1992.
- RIZ, Liliana de, *Retorno y derrumbe*, el último gobierno peronista, Folios Ediciones, Mexico, 1981.
- SALAMA, Pierre, *O processo de subdesenvolvimento*, ensaio sobre os limites da acumulação nacional de capital nas economias semi-industrializadas, Vozes, Petrópolis, 1975.
- SANTOS, Theotonio dos, *Economia mundial*, Vozes, Petrópolis, 1993
- SEGRERA, Francisco Lopez, *Alternativas para a América Latina, às vésperas do século XXI*, em A crise dos paradigmas e os desafios para o século XXI, Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.
- SOZA, Hector, Valderrama, *Planificación del desarrollo industrial*, Siglo XXI, Mexico, 1966.
- TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luis, *Desajuste global e modernização conservadora*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel, *Impensar as ciências sociais*, Siglo XXI, Mexico, 1998.
- WIONCZEK, Miguel (edit.), *A integração econômica da América Latina*, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1968.
- VAITSOS, Constantine, *Distribuição de renda e empresas multinacionais*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

NOTAS:

¹ Os demais órgãos internacionais operando na área - Banco Mundial, Banco Inter-americano e OEA - em momento algum reconheceram como tarefa sua, a de formular uma explicação consistente dos sistemas e dos mecanismos de comércio principais da região.

² Uma linha colateral de pesquisa do campo temático da globalização na América Latina é a crise do Estado social burguês organizado desde as crises econômicas da década de 30, com a ascensão de setores médios

urbanos mais numerosos e que deu respaldo para a criação de instituições de fomento econômico, que de algum modo se identificaram com a industrialização. Nessa situação estão a Corporação de Fomento do Chile, a Nacional Financeira do México, o Banco Industrial da Argentina, a Corporação de Fomento do Equador, todos da década de 30; e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico do Brasil do após guerra. Essas instituições concentraram o poder de intervenção de políticas públicas destinadas a realinhar as economias nacionais, de fato combinando elementos de modernização com elementos de revalidação de componentes das estruturas tradicionais. Desde a década de 70 essas instituições mostraram sinais de distanciamento de seus objetivos de transformação, tornando-se instrumentos operacionais de políticas de equilíbrio geradas nos Ministérios da Fazenda. A crise operacional do Estado nacional certamente tem raízes mais profundas na representatividade do Estado nacional e na famosa relação entre despesas com os chamados setores econômicos e os chamados setores sociais.

- ³ Para os fins de uma análise da América Latina, é preciso distinguir entre o aspecto organizacional, geralmente denominado de fordismo e os aspectos tecnológicos e financeiros, que se vêem mais claramente na definição do modelo produtivo em seu cerne de combinação de mineração industrializada - siderurgia - metalurgia. Os países latino-americanos - Brasil, México, Chile, Colômbia, Peru, Argentina - realizaram um grande esforço para instalar esses três componentes, mas não necessariamente alcançaram formas fordistas de organização. Mesmo nos principais núcleos de concentração industrial, a organização fordista limitou-se a uma parte do sistema produtivo, jamais alcançando o numeroso universo da pequena produção. Permaneceram formas subordinadas de produção nessas economias periféricas, compreendendo relações de trabalho de servidão e com o recurso do extrativismo, que sustentaram seu componente de produção modernizada. Por exemplo, a expansão da superfície ocupada pela pecuária e a produção agro-industrial para exportação em todos esses países continuaram utilizando precariamente contratado, com famílias submetidas a pobreza crítica crônica.
- ⁴ Isso não exclui que uma importante literatura da década de 50 já tivesse antecipado uma visão de internacionalidade que passava pelas peculiaridades culturais. Autores como Hoselitz (1960) e Germani (1969) já tinham trabalhado sobre aspectos do que se pode sucintamente denominar de *condições locais da modernização internacional*. O reconhecimento de diferenças no modo como a modernização atinge, num mesmo momento, sociedades ocidentalizadas e sociedades indígenas mostrando que os movimentos de globalização na verdade produzem novas desigualdades e novas aptidões, que não podem ser plenamente compreendidas vendo-se apenas o componente ocidentalizado. A própria urbanização, como apontou Hoselitz, teria que ser examinada mediante o exame das cidades que produz.
- ⁵ Uma comparação da safra de ditaduras do período 46-58 com as do período 64-76 ainda é um tema de incontestável relevância da América Latina, à espera de estudos sistemáticos. Os componentes internos e externos, o papel dos militares, das oligarquias e da burguesia industrial, assim como as pressões externas, principalmente dos Estados Unidos, precisa ser mais bem conhecido. No segundo período a ideologia da tecnologia ganhou posições estratégicas nas políticas nacionais, mas não substituiu a ideologia da repressão, que em seu fundamento cultural continuou mais próxima dos autoritarismos europeus da década de 30, especialmente do franquismo. A ambigüidade das classes médias, no Cone Sul em geral, mostrou que esse fundamento ideológico continuava sendo parte do tipo de subordinação formado no ambiente anterior das oligarquias. O apelo deliberado à irracionalidade, que marcou os governos militares chileno e argentino, pode ser assimilado a problemas de defesa de posição social próprios do ambiente colonial e das perseguições da Inquisição. Uma leitura comparativa do trabalho de Lúkacs (1959) sobre o horror da racionalidade certamente tem fundamento nesse campo. É revelador que as análises sociológicas do contexto latino-americano dessas décadas tenham olhado sempre para Weber e para a construção do espaço social da razão, como se ele permeasse igualmente o conjunto da estruturação das classes; e quase nunca tenham olhado para a permanência e para o recrudescimento dos espaços sociais de irracionalidade, gerido pelos blocos nacionais de poder.
- ⁶ Cabe citar um trabalho representativo do planejamento industrial latino-americano da época, que é *Planificación del desarrollo industrial* de Hector Soza V., (1966), que reflete a abordagem técnica econômica avançada da época, combinando os elementos de análise interindustrial com os de uma análise da composição do capital representada pelos departamentos de produção de bens de capital e de bens de consumo.
- ⁷ Ao longo da década de 60 surgiram estudos empíricos da estrutura do comércio internacional, dentre os quais se destaca o trabalho do ILPES (1970) sobre a formação de uma brecha estrutural nas relações de

comércio, conseqüente de alterações na relação entre a capacidade de exportar e as necessidades de importação, em ambientes progressivamente penetrados por interesses organizados do grande capital em geral e dos oligopólios em especial.

- ⁸ Fora da cronologia deste ensaio, é preciso levar em conta que o Chile entrou na segunda revolução industrial como exportador de fertilizante natural: guano. Seu perfil mineiro tornou-se o principal traço de sua economia.
- ⁹ Oficialmente os integrantes do Comitê foram convidados pelo Secretario Geral do CIAP, com nível de embaixadores. Extra-oficialmente, foram recomendados pelo governo norte-americano, reunindo lideranças continentais e acadêmicas, como parte da Aliança para o Progresso.
- ¹⁰ Essa instituição surgiu na Conferência de Bogotá de 1948 com o nome de União Panamericana; e foi renomeada e fortalecida em 1961, com o nome de Organização dos Estados Americanos
- ¹¹ Os documentos de consulta "Consultations" do FMI apresentavam uma análise objetiva de desempenho, comparando resultados na área de finanças públicas, na área de setor externo e na área monetária e financeira, concluindo por determinar quanto cada país podia absorver de financiamento externo, dadas sua capacidade de pagamento e determinadas previsões de comportamento do endividamento. A concentração dos mecanismos de cooperação técnica e financeira, apresentada como um objetivo de racionalidade, na verdade constituiu uma força externa, alinhada com a política norte-americana, que criou mecanismos de segunda linha fundamentais para o desenvolvimento dessa aproximação dos segmentos de política monetária e financeira dos países, dentre os quais destaca-se o Centro de Estudos Monetários Latino-americanos, criado pelo Fundo Monetário Internacional.
- ¹² À parte de qualquer objeção ao desenvolvimento formal dessa análise, certamente há uma objeção relativa a sua relevância. Se ela se resume a ser uma demonstração formal sem compromisso com veracidade ou mesmo com verossimilhança, não é mais que um artefacto supérfluo.
- ¹³ A questão ética é parte essencial desta análise. Não se pode deixar de registrar que diversos dos líderes de política econômica de países latino-americanos, especialmente no Brasil, têm sido descobertos em práticas desonestas, além de que diversos dos funcionários responsáveis de políticas de privatização aparecem como executivos das empresas que privatizaram, ou como consultores dos grupos que propõem as mesmas privatizações. Os setores energéticos e de telecomunicações são os mais visados. A fragilidade das políticas de regulação não é somente teórica. Resulta de um complexo sistema de corrupção, engastado no sistema político, que se associa com novas formas de subalternidade das elites econômicas e técnicas, que se torna um custo social crescente; e que constitui um obstáculo prático da superação da crise de desenvolvimento.
- ¹⁴ Já é notório que algumas empresas que adquiriram controle de empresas nacionais privatizadas, para escapar do controle das agências de regulação criaram outras empresas prestadoras de serviços, que passam a concentrar contratos, sem estarem subordinadas à esfera de autoridade das agências reguladoras. Há mais que indícios que essa seja uma prática difundida no setor de energia elétrica. O uso de manobras contábeis para efetuar as compras de empresas com pouco desembolso real já é de conhecimento generalizado e há pesquisas importantes sobre essas estratégias, como as de Albert Broder, que oferecem pistas para estudos dessas práticas na América Latina.
- ¹⁵ Na verdade, trata-se de um questionamento radical da análise micro econômica em dois de seus pontos principais, que são a validade ou a pertinência de uma análise estática de uma empresa de tamanho indeterminado; e a veracidade das análises baseadas na curva da demanda, que por definição é uma análise instantânea, operada em condições de pseudotempo e de pseudo-espaço.